



Notícias da Justiça e do Direito nos jornais desta sexta-feira

De acordo com a Procuradoria-Geral da República, mensagens encontradas no celular do empreiteiro e ex-presidente da OAS Léo Pinheiro indicam que o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e o tesoureiro afastado do PT, João Vaccari Neto, cobraram "vantagens indevidas" por operações de capitalização das empresas do grupo OAS. O advogado de Pinheiro disse que não irá comentar o caso, por não ter tido acesso ao material. A defesa de Cunha nega as acusações e o advogado de Vaccari não foi localizado. As informações são do jornal **Folha de S.Paulo**.

Propinas para Cunha

A PGR suspeita que o presidente da Câmara recebeu propina dos grupos Bertin (conglomerado que atua nas áreas de infraestrutura e agronegócio) e J&F Investimentos, que controla a JBS Friboi. Os recursos teriam sido pagos por meio de "laranjas", entre eles o operador do mercado financeiro Lúcio Funaro, apontado como "lavador de recursos" do deputado, e uma assessora do gabinete do peemedebista. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Só comigo

Cunha não gostou de saber que o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, abriu investigação para apurar o vazamento de mensagens contra o colega Jaques Wagner, da pasta da Casa Civil. "Ele não abriu inquérito para apurar o meu caso. Cardozo está prevaricando", disse. As informações são da coluna Painel, do jornal **Folha de S.Paulo**.

Alckmin acionado

O conflito entre a seccional de São Paulo da OAB e a Defensoria Pública foi parar na mesa do governador Geraldo Alckmin. Em projeto de lei de 11 artigos o presidente da OAB-SP, Marcos da Costa, sugere que o pagamento de advogados que atuam para a Defensoria "passe a ser controlado pela Secretaria da Justiça". Costa acusa a Defensoria de má gestão e de atrasar repetidamente os pagamentos. O seu projeto cria na Justiça um Fundo de Parcerias em Assistência Jurídica Parlamentar, define diretrizes e fontes de receita e indica Planejamento, Gestão e Fazenda para regular seu funcionamento. As informações são da colunista Sonia Racy, do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Marina quer impeachment

A ex-senadora Marina Silva (Rede), terceira colocada na eleição presidencial de 2014, afirmou nesta quinta-feira (7/1) que a análise da ação que pede a impugnação do mandato da presidente Dilma Rousseff e do vice Michel Temer, pelo Tribunal Superior Eleitoral, é o "melhor caminho para o Brasil". Marina disse, em entrevista à Rádio Gaúcha, que a ação teria mais sentido porque Dilma e Temer seriam cassados, caso o tribunal comprove que a chapa recebeu dinheiro da corrupção na Petrobras na campanha eleitoral de 2014. As informações são do jornal **O Globo**.

Licitação suspensa pela Justiça

A Justiça do Rio suspendeu nesta quinta-feira (7/1) a licitação para operação do teleférico do Complexo do Alemão (zona norte). A disputa havia sido vencida por empresa do advogado Tiago Cedraz, filho do presidente do Tribunal de Contas da União, Aroldo Cedraz. Na decisão que concede a liminar, a juíza



Karla Velloso afirma que o motivo para desclassificação da concorrente derrotada não consta de forma clara no edital de licitação. As informações são do jornal **Folha de S.Paulo**.

TCU contrariado

Ministros do Tribunal de Contas da União afirmam que, se o governo não devolver à corte o direito de decidir nos acordos de leniência com as empreiteiras suspeitas de corrupção na Petrobras, não só irão se negar a aprovar os acordos como abrirão processos independentes para apurar as irregularidades, o que atrasará muito o processo. Ameaçam ainda punir servidores da Controladoria-Geral da União e da Advocacia-Geral da União, responsáveis pela costura dos acordos, caso entendam que a multa às empresas envolvidas está abaixo do calculado pelo tribunal. As informações são da coluna Paineis, do jornal **Folha de S.Paulo**.

Na Venezuela

O bloco do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) na Assembleia Nacional venezuelana entrou nesta quinta-feira (7/1), com um recurso no Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) para anular qualquer decisão que o Parlamento, agora controlado pela oposição, aprove. O Supremo, que raramente toma decisões contrárias ao Executivo, ainda não tinha se pronunciado sobre o caso. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Autores: Redação ConJur